

Câmara Municipal de Tomar

DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Plano de Pormenor da Área Turística de Vila Nova-Serra, Tomar

Em cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e a Diretiva n.º 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, o presente documento constitui a Declaração Ambiental do Plano de Pormenor da Área Turística de Vila Nova-Serra, Tomar, encontrando-se estruturado de acordo com as subalíneas i) a v) da alínea b) do artigo 10º do mencionado Decreto-lei. Constituem anexos a esta Declaração Ambiental, o Relatório Ambiental, datado de Abril de 2011, o documento relativo à divulgação dos resultados da discussão pública datado de 5 de Maio de 2011 e a proposta de aprovação do plano, datada de 15 de Abril de 2011.

1. Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano de Pormenor da Área Turística de Vila Nova-Serra

O Plano de Pormenor da Área Turística de Vila Nova-Serra – Tomar tem como objetivo o desenvolvimento de uma área turística – tendo por base um conceito de *eco-resort* para a estrutura urbano-turística – e compreende a edificação de um aldeamento turístico, de um hotel, de casas rurais, de apartamentos turísticos, de um porto de recreio e de um conjunto de equipamentos de apoio para cada programa.

A área de intervenção do Plano de Pormenor (PP) da Área Turística de Vila Nova-Serra, com cerca de 124 hectares, localiza-se no concelho de Tomar – junto à Albufeira do Castelo de Bode – na freguesia da Serra. O Concelho de Tomar pertence ao distrito de Lisboa e integra a Comunidade Urbana do Médio Tejo.

Os estudos e propostas desenvolvidos no âmbito do PP têm como matriz de referência os princípios orientadores, os critérios de atuação, as ferramentas e as técnicas associadas ao conceito de "Desenvolvimento Sustentável".

Gerir o sistema Cidade/Território pressupõe – de acordo com o conceito de "Desenvolvimento Sustentável" –, a capacidade de organizar a "Estrutura Urbana" em função das interações e das plataformas de equilíbrio, geradas entre os Sistemas Ambiental (Biofísico) e Socioeconómico que o integram.

O PP foi objeto de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de acordo com o Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e subsidiariamente do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) e os correspondentes critérios de avaliação, constituíram os temas fundamentais sobre os quais a AAE se debruçou e foram equacionados – em sintonia com o conceito global orientador da elaboração do Plano – nos seguintes sistemas:

- Sistema Ambiental
- Sistema Socioeconómico
- Sistema Urbano e Territorial

Foram, ainda, tidas em consideração as sugestões e recomendações apresentadas nos pareceres emitidos, pelas entidades oficiais, para a definição do âmbito de desenvolvimento da AAE.

Os resultados da AAE constituíram um contributo para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na versão final do PP. Estas preocupações centraram-se na criação de um modelo de estruturação urbano-turístico que assegurasse a regeneração e valorização do ecossistema natural, o reforço da identidade cultural e da coesão social, e o desenvolvimento económico. A AAE teve sobretudo o papel de facilitador deste processo através da identificação das situações de risco e das situações de oportunidade em função de objetivos de sustentabilidade.

O modelo de estruturação urbano-turística foi, assim, como referido, desenvolvido a partir do conceito de “eco-resort”, sendo a conceção da rede de acessos, das edificações e dos espaços de lazer associados à utilização turística, orientada por critérios determinantes de redução dos impactos ambientais e qualificação paisagística.

Objetivo Estratégico Global e Intervenções Estratégicas do Plano de Pormenor

O objetivo estratégico global do Plano consiste, no desenvolvimento de uma área turística, tendo por base um conceito de *eco-resort* para a estrutura urbano-turística e compreendendo as seguintes **intervenções estratégicas**:

- **ALDEAMENTOS TURÍSTICOS – com capacidade para 319 unidades de alojamento / 1031 camas**

- **N1 – Núcleo Turístico**

- Localização: nos terrenos da propriedade “A”.

- Tipo de empreendimento: Aldeamento Turístico.

- Tipologia de Unidades de alojamento: isolada, em banda e agrupada em conjuntos de apartamentos.

- **N2 – Núcleo Turístico**

- Localização: nos terrenos da propriedade “C”.

- Tipo de empreendimento: Aldeamento Turístico.

- Tipologia de Unidades de alojamento: isolada, e agrupada num conjunto de apartamentos.

- **N3 – Núcleo Turístico**

- Localização: nos terrenos da propriedade denominada Parcela “D”.

- Tipo de empreendimento: Aldeamento Turístico.

- Tipologia de Unidades de alojamento: Agrupada em conjuntos de apartamentos, em unidades de alojamento na transformação da habitação existente e em unidades de alojamento em banda.

- Equipamento de apoio suplementar: Centro hípico.

Estão previstos nos aldeamentos:

- Espaços verdes de uso privativo constituídos pelo conjunto dos interiores não edificados das parcelas destinadas à implantação das unidades de alojamento turísticas.
- Espaços verdes de uso comum constituídos pelo conjunto das áreas comuns de estadia e recreio dos empreendimentos turísticos.
- Espaços de comércio e serviços de apoio (CS): receção, instalações de manutenção e tratamento de roupa, e o espaço comercial, estão localizados ou junto à entrada dos empreendimentos (casos do N1 (propriedade “A”), e N3 (propriedade “D”), ou numa posição central N2 (propriedade “C”).
- Áreas comuns de estadia e lazer, equipadas com piscinas.
- Uma unidade de restauração (café / restaurante) no edifício de apoio às atividades do porto de recreio a situar no extremo sul da propriedade “A” (N1).

- **PARQUE DA NATUREZA**

- Localização: nos terrenos da propriedade denominada Parcela “B”, a ceder para o domínio privado municipal.

- Tipo de empreendimento: Parque da Natureza – incluindo um Centro de Interpretação Ambiental – que deverá ser objeto de um projeto específico de requalificação do coberto vegetal e da recuperação de parte do núcleo rural (casas rurais hoje em ruínas) para apoio aos visitantes.

- **PORTO DE RECREIO**

- Localização: área prevista na planta síntese do Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode.

- Tipo de empreendimento: Marina.

As grandes componentes de desenvolvimento turístico descritas são complementadas pelos seguintes sistemas de articulação viária, de equilíbrio ambiental e de suporte infraestrutural:

- **SISTEMA DE ARTICULAÇÃO VIÁRIA – ESTRUTURA VIÁRIA**

- Sistema de relação da rede viária interna da área turística com a rede viária municipal
- Rede viária interna (rede de distribuição e acesso local) da área turística
- Percursos pedonais

Orientações Estratégicas do Plano de Pormenor (PP) da Área Turística de Vila Nova-Serra, Tomar

1. Desenvolvimento do modelo de estruturação urbano-turística a partir do conceito de "eco resort", sendo a conceção da rede de acessos, das edificações e dos espaços de lazer associados à utilização turística orientada por critérios determinantes de redução dos impactes ambientais e qualificação paisagística.
2. Conceção e gestão integradas do empreendimento considerando um conjunto de critérios obrigatórios à sua certificação ambiental por parte de entidades externas internacionais.
3. Desenvolvimento de um conceito de mobilidade associado ao Plano com base na utilização do transporte coletivo em detrimento do transporte individual.
4. Regulamentação da obrigatoriedade da utilização de energias alternativas e de sistemas de climatização passivos na conceção das unidades edificadas e das infraestruturas de apoio.
5. Preservação dos sistemas naturais existentes (linhas de água, floresta, etc.) e dos elementos referenciadores da paisagem.
6. Desenvolvimento de um modelo de gestão do futuro empreendimento turístico que potencie a interação entre os seus utilizadores e a população residente na freguesia, da qual resulte uma real qualificação socioeconómica local.
7. Desenvolvimento de um programa de qualificação de mão-de-obra regional nos domínios necessários à prestação de serviços à área turística.

A área de intervenção do Plano é abrangida por dois Instrumento de Gestão Territorial em vigor – o Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB) e o Plano Diretor Municipal de Tomar, atualmente em revisão.

Relativamente ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e vale do Tejo (PROTOVT) a área de intervenção do Plano é enquadrada pelas disposições referentes à Área Territorial de Turismo e Lazer do Médio Tejo / zona B – Castelo de Bode.

O Plano de Pormenor da Área Turística de Vila Nova – Serra, Tomar encontra-se, contudo, abrangido pelo regime de exceção consagrado no PROTOVT, nos termos do disposto no n.º 18 da RCM n.º 64-A/2009, de 8 de Junho, relativamente à necessidade de adaptação às orientações do mesmo. Sem prejuízo do enquadramento legal estabelecido por este regime de exceção, foram tomadas em consideração na avaliação ambiental as disposições mais relevantes para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo / Castelo de Bode: para a área territorial abrangida pelo Plano de Ordenamento da Albufeira, no qual se definem os usos e ocupações admitidos, o objetivo é potenciar e qualificar o uso turístico e de lazer e o acesso público à albufeira, admitindo-se todas as tipologias de empreendimentos turísticos bem como restauração e equipamentos de apoio ao recreio náutico, de acordo com o Plano de Ordenamento da Albufeira.

No âmbito da Revisão do PDM, do quadro das linhas de orientação estratégica para a dinamização económica, destaca-se o objetivo de concretização do plano de pormenor da área turística na área abrangida pelo POACB (trata-se do Plano de Pormenor da Área Turística de Vila Nova – Serra) e da criação de uma entidade orientada para a dinamização do destino turístico TOMAR com, entre outras, a missão de apoio à concretização dos investimentos previstos.

O Plano de Pormenor encontra-se enquadrado por um conjunto de documentos (políticas, programas e/ou planos) estratégicos relevantes – Quadro de Referência Estratégico (QRE) –, que fixam políticas sectoriais nacionais, regionais e locais. Estes documentos estabelecem objetivos e metas aplicáveis à proposta do Plano de Pormenor, no âmbito das suas opções de desenvolvimento.

No quadro seguinte encontra-se a lista de documentos estratégicos identificados como relevantes, que constituíram o Quadro de Referência Estratégico da AAE.

Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Instrumento Estratégico	Publicação/Aprovação
1 Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)	RCM n.º 25/2006 de 10 de Março
2 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto)
3 Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 103-A/2007
4 Estratégia Nacional Conservação da Natureza e Biodiversidade	RCM n.º 152/2001, de 11 de Outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de Outubro
5 Plano Nacional do Uso Eficiente da Água (PNUEA)	RCM n.º 113/2005, de 30 de Junho
6 Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II)	Portaria n.º 187/2007, 12 de Fevereiro
7 Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2008-2015 (PNAEE)	RCM n.º 80/2008, de 20 de Maio
8 Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) 2006-2015	RCM n.º 53/2007, de 4 de Abril
9.Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	DR n.º 18/2001, de 7 de Dezembro, Declaração de retificação nº 21-E/2001, de 31 de Dezembro
10 Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF Ribatejo)	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF Ribatejo)
11 Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	CUMT – Comunidade Urbana do Médio Tejo, AMPIS – Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul, Abril 2008
12 Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Aprovado a 18 de Dezembro de 2006 pela CM DFCI
13 Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)	RCM n.º 64-A/2009, de 8 de Junho Declaração de retificação nº 71-A/2009, de 21 de Outubro
14 Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode	RCM n.º 69/2003, de 10 de Maio
15 Plano Diretor Municipal de Tomar (em vigor)	RCM n.º 100/94, de 8 de Outubro (Plano em vigor)
16 Plano Diretor Municipal de Tomar (em revisão)	_____

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) julgados de maior importância na elaboração da AAE são os que se apresentam no quadro seguinte:

Sistemas de Avaliação / Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

Sistemas de Avaliação	Fatores Críticos para a Decisão (FCD)
Sistema Ambiental	Qualidade Ambiental
	Recursos Hídricos
Sistema Socioeconómico	Qualidade de Vida
	Base Económica
Sistema Urbano e Territorial	Mobilidade e Energia
	Ordenamento do Território

Os fatores críticos para a decisão do Sistema Ambiental destinam-se a avaliar a área de intervenção do Plano, enquanto suporte espacial da atividade humana geradora de impactos e o Sistema Ambiental – Ar, Água, Solo, Subsolo, Fauna, Flora, Paisagem e Património natural, Homem – como suporte biofísico da vida.

Trata-se, em suma, de avaliar em que medida o funcionamento da estrutura urbana-turística e a utilização económica do território, no cenário previsto no Plano, asseguram a regeneração e o reequilíbrio do Sistema Ambiental.

Objetivos e Critérios de Avaliação por FCD / Sistema Ambiental

Fator Crítico para a Decisão	Objetivos	Critérios de Avaliação
Qualidade Ambiental	<p>O FCD e os critérios de avaliação que se lhes estão associados destinam-se a avaliar os impactos das intervenções estratégicas do PP relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> – A proteção e valorização dos valores em presença, nomeadamente, os paisagísticos, os espaços naturais e os ecossistemas. – A prevenção e minimização de potenciais impactos ambientais gerados pela produção de ruído, pela emissão de poluentes atmosféricos, pela gestão de resíduos sólidos e pelos riscos naturais e tecnológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem e Património Natural • Ecologia • Qualidade Ambiental • Riscos Naturais
Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos	<p>O FCD e os critérios de avaliação que se lhes estão associados destinam-se a avaliar os impactos das intervenções estratégicas do PP ao nível da afetação da quantidade e da qualidade de água existente na rede hidrográfica e regularizada em albufeiras, bem como nos aquíferos, que pode ser utilizada em atividades humanas e em funções ecológicas diversas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade física dos recursos • Qualidade e fontes de poluição hídrica • Valorização e potencial de aproveitamento lúdico

Os fatores críticos para a decisão do Sistema Socioeconómico destinam-se a avaliar a área de intervenção do Plano enquanto espaço: de concentração de funções, equipamentos, estruturas organizativas e espaços de relação dinamizadores da integração e valorização sociocultural; de acolhimento de atividades e de meios infraestruturais geradores de sinergias catalisadoras de desenvolvimento.

Objetivos e Critérios de Avaliação por FCD / Sistema Socioeconómico

Fator Crítico para a Decisão	Objetivos	Critérios de Avaliação
Qualidade de Vida	<p>O FCD e os critérios de avaliação que lhe estão associados destinam-se a avaliar os impactos das intervenções estratégicas do PP na qualidade de vida da população.</p> <p>Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida o programa e o conceito de desenvolvimento turístico proposto propiciam as condições para um bom acolhimento do Empreendimento pela comunidade local e uma boa relação com as áreas envolventes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica populacional / oferta de alojamento (nº de camas turísticas e residenciais) • Oferta de espaços verdes e de equipamentos de desporto e lazer acessíveis à comunidade • Acesso a cuidados de saúde • Valorização de elementos patrimoniais / identidade cultural
Base Económica	<p>O FCD e os critérios de avaliação que se lhes estão associados destinam-se a avaliar os impactos das intervenções estratégicas do PP no sistema económico.</p> <p>Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida o suporte territorial e urbano se encontra preparado para dar resposta ao desenvolvimento da base económica local, nomeadamente, às atividades relacionadas com o turismo e mercado imobiliário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação do perfil – programa – do empreendimento ao mercado turístico potencial • Disponibilidade de mão-de-obra qualificada • Criação de emprego local. • Aumento da procura para a aquisição de bens e serviços locais • Promoção da Região de Turismo dos Templários / Médio Tejo

Os fatores críticos para a decisão do Sistema Urbano e Territorial destinam-se a avaliar a área de intervenção do Plano enquanto suporte espacial onde interagem o sistema ambiental e o sistema socioeconómico.

Objetivos e Critérios de Avaliação por FCD / Sistema Urbano e Territorial

Fator Crítico para a Decisão	Objetivos	Critérios de Avaliação
Mobilidade e Energia	O FCD e os critérios de avaliação que lhe estão associados destinam-se a avaliar as vantagens locais de competição estratégica em termos de centralidade e de eficiência energética, com impacto direto na atratividade económica e na estruturação do território, bem como o contributo do Plano para as políticas municipais concertadas com as políticas internacionais e nacionais de combate às alterações climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Integração no sistema urbano. • Acessibilidades / Transportes. • Eficiência energética • Aproveitamento de energias renováveis.
Ordenamento do Território	<p>O FCD e os critérios de avaliação que lhe estão associados destinam-se a avaliar os impactos das intervenções estratégicas do PP na estruturação urbana da área de intervenção do Plano e no seu suporte infraestrutural.</p> <p>Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida a estrutura urbano-turística é compatível com os instrumentos urbanísticos de nível superior e assegura padrões de sustentabilidade ambiental sem atropelo dos valores em presença nas áreas abrangidas por condicionantes, nomeadamente, pela Reserva Ecológica Nacional (REN) e pelo Domínio Público Hídrico (DPH).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilização com os instrumentos urbanísticos de nível superior – nomeadamente, PROTOVT, POACB e PDM • Compatibilização com as condicionantes – nomeadamente, REN e DPH. • Valorização / sustentabilidade dos recursos naturais • Usos do Solo – atuais e previstos • Acessibilidades / Rede Viária – atual e prevista – na área de intervenção do Plano • Infraestruturas

A informação de base do relatório ambiental assentou, fundamentalmente, nos estudos realizados no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor, bem como nos estudos complementares e informação disponível em diversas entidades, tais como:

- Instituto Nacional de Estatística
- Agência Portuguesa do Ambiente
- DGOT-DU
- CCDR-LVT
- Direcção-Geral de Energia e Geologia
- Agência Portuguesa do Ambiente
- Instituto da Água, I.P.
- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.
- Autoridade Florestal Nacional
- Turismo de Portugal, I.P.
- REN, SA.
- Águas do Centro, SA
- Resitejo
- SMAS de Tomar
- Câmara Municipal de Tomar

Na obtenção de informação à escala municipal recorreu-se, nomeadamente, aos estudos mais recentes relacionados com a revisão do Plano Diretor Municipal.

Os indicadores enunciados para cada critério de avaliação basearam-se na informação de base anteriormente descrita.

Critérios de Avaliação e Indicadores por FCD / Sistema Ambiental

Fator Crítico para a Decisão	Critérios de Avaliação	Indicadores
Qualidade Ambiental	Paisagem e Património Natural	<ul style="list-style-type: none"> – Elementos referenciadores da Paisagem – Uso do solo
	Ecologia	<ul style="list-style-type: none"> – Corredores ecológicos – Ocorrência de espécies protegidas - fauna e flora – Habitats naturais / ecossistemas degradados ou alterados
	Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Níveis sonoros – Concentração de poluentes atmosféricos – Taxa de recolha seletiva de resíduos – Fontes de poluição
	Riscos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> – Ocorrência de eventos naturais extremos – cheias e inundações, incêndios florestais, erosão hídrica do solo, instabilidade de vertentes e sismos
Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos	Disponibilidade física dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> – Origens e disponibilidades de água – Impermeabilização do solo
	Qualidade e fontes de poluição hídrica	<ul style="list-style-type: none"> – Qualidade da água para consumo humano – Qualidade da água para rega – Fontes de poluição hídrica

Critérios de Avaliação e Indicadores por FCD / Sistema Socioeconómico

Fator Crítico para a Decisão	Critérios de Avaliação	Indicadores
Qualidade de Vida	Dinâmica populacional	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução demográfica (concelho / freguesia). - População (nº de camas) gerada pela concretização dos projetos que integram o Plano.
	Oferta de espaços verdes e de equipamentos de desporto e lazer acessíveis à comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas verdes de valorização dos espaços públicos. - Áreas verdes de utilização coletiva equipadas. - Capacidade da oferta de equipamentos coletivos (concelho / freguesia).
	Acesso a Cuidados de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de áreas para fins desportivos (concelho / freguesia). - Oferta de áreas para fins desportivos gerada pelos projetos que integram o Plano. - Capacidade de centros de saúde e hospitais (freguesia / concelho / região). - Número de médicos por mil habitantes (concelho / região). - Tempo de deslocação por meio de transporte às unidades de saúde.
	Valorização de elementos patrimoniais / identidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização de pré-existências de interesse sociocultural.
	Elementos patrimoniais / arqueologia	

Base Económica	Adequação do perfil – programa – do empreendimento ao mercado turístico potencial	- Características da oferta e da procura turística (concelho / região) – potencialidades e carências. - Nº de camas / tipologia dos empreendimentos turísticos / produtos turísticos associados aos projetos que integram o Plano / mercados alvo.
	Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	- População ativa / níveis de instrução / formação profissional (freguesia / concelho / região).
	Criação de emprego local	- Evolução do emprego por sector de atividade (concelho / freguesia) - Nº de postos de trabalho diretos e indiretos gerados.
	Aumento da procura para a aquisição de bens e serviços locais	- População gerada pela concretização dos projetos que integram o Plano e tipologia de consumos.
	Promoção da Região de Turismo dos Templários / Médio Tejo	- Mais valias geradas pelo Plano no quadro dos recursos e potencialidades turísticas do concelho/região.

Critérios de Avaliação e Indicadores por FCD / Sistema Urbano e Territorial

Fator Crítico para a Decisão	Critérios de Avaliação	Indicadores
Mobilidade e Energia	Integração no sistema urbano	<ul style="list-style-type: none"> – Sistema urbano / padrão de ocupação – povoamento (concelho / freguesia) – Fluxos gerados entre a área do Plano e as áreas urbanas envolventes
	Acessibilidades / Transportes	<ul style="list-style-type: none"> – Acessibilidades existentes e previstas (concelho / freguesia) – Rede viária de acesso à área do Plano – existente e prevista – Rede transportes públicos que serve a área do Plano – existente e prevista
	Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> – Consumo total anual de energia elétrica (concelho) – Consumo anual <i>per capita</i> de energia elétrica (concelho) – Consumo anual <i>per capita</i> de energia elétrica estimado para os projetos que integram o Plano – Iniciativas no âmbito da eficiência energética previstas para os projetos que integram o Plano
	Aproveitamento de energias renováveis	<ul style="list-style-type: none"> – Cobertura por fontes de energia renováveis (concelho) – Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável – Utilização de energias renováveis prevista para os projetos que integram o Plano

2. Observações apresentadas durante a consulta realizada e os resultados da respetiva ponderação

Em conformidade com o n.º 1 do Artigo 7º do decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, foi promovida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, fosse susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Plano de Pormenor.

A primeira fase da AAE – a definição de âmbito, consubstanciou-se no Relatório de Fatores Críticos, datado de Maio de 2010, o qual foi apresentado às entidades com responsabilidades em matéria de ambiente. Esse relatório, e o conjunto de observações pertinentes então obtidas, estabeleceram a estrutura fundamental da AAE, a qual se encontra desenvolvida no documento Relatório Ambiental.

O Plano de Pormenor – incluindo toda a documentação de AAE – esteve ainda em discussão pública por um período de 22 dias – entre os dias 4 de Março e 5 de Abril do ano de 2011 – para cumprimento das disposições previstas no RJIGT (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 46/2009 e posteriores alterações) e na AAE (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

Durante o período de discussão pública apenas foram apresentadas duas participações escritas, que foram, segundo o n.º 6 do artigo 77º do RJIGT, devidamente atendidas e objeto da devida resposta. As duas pronúncias, uma que versava sobre pequenos acertos relativamente ao regulamento do plano, e outra sobre a cedência de uma parcela para domínio privativo municipal, foram analisadas e tidas em consideração na versão final do Plano de Pormenor.

3. Resultados das consultas realizadas

No âmbito do n.º 1 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, tendo em conta as características e particularidades do PP, conclui-se que este plano não é susceptível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado-Membro da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista no artigo 8º do referido diploma.

4. Razões que fundaram a aprovação do PP à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

A ocupação turística prevista no Plano respeita as condicionantes mais relevantes para a sustentabilidade dos recursos naturais, designadamente:

- As condicionantes impostas pela Reserva Ecológica Nacional (REN).
- As condicionantes impostas pelo Domínio Hídrico (DH).

O Plano preserva a paisagem e as características dominantemente florestais da área de intervenção consagrando na Planta de Implantação a categoria de espaço designada por Áreas Verdes de Uso Florestal que correspondem às áreas atuais de exploração florestal com a seguinte ocupação: Pinhais, Eucaliptais, Matos e matagais e Povoamentos mistos.

O Plano aponta um conjunto de recomendações / medidas a aplicar para melhorar as condições de exploração dos povoamentos florestais existentes, assim como dos habitats de um modo geral:

- Necessidade de limpeza de caminhos e alguns aceiros um pouco por toda a mancha de pinhal.
- No que diz respeito aos eucaliptais, necessidade de limpeza, tanto de caminhos e aceiros, como de matos existentes como subcoberto.
- Quanto às manchas de acácias, obrigatoriedade da sua eliminação, enquanto espécie invasora, dada a sua grande combustibilidade que implica riscos para todos os habitats envolventes.
- De um modo geral, limpeza seletiva de infestantes arbustivas e lenhosas, um pouco por toda a área e em especial nas linhas de água, de modo a favorecer o aparecimento da flora ripícola. Deverá ainda ser considerada a plantação de folhosas mais resistentes ao fogo, em faixas de compartimentação nos povoamentos existentes.

Algumas das parcelas da área do plano foram, em anos anteriores, objeto de várias propostas para implementação de empreendimentos turísticos, tendo as unidades cadastrais sido trabalhadas em projeto de forma, descontextualizada, sem evidente procura de um relacionamento com a envolvente. A coincidência entre a área de intervenção do PP e a organização territorial, permite que agora a proposta de plano faça expressar a verdadeira potencialidade do território, situação esta que não se podia verificar anteriormente, face a fragmentação das parcelas. A conceção integrada permite a economia de infraestrutura, a

redução dos impactes ambientais associados a execução de acessos e modelações de terreno e a concentração da edificação nas zonas com maior aptidão.

Relativamente ao conceito de mobilidade o Plano aponta para as seguintes linhas de desenvolvimento:

- A circulação automóvel deverá ser a estritamente necessária e os traçados das vias corresponderem ao mínimo de movimentos de terras.
- A concentração das unidades de alojamento em núcleos induz a mobilidade pedonal nas relações de proximidade.
- Uma rede de percursos pedonais com requisitos adequados para a utilização por jovens e seniores deverá permitir a deslocação aos locais dos equipamentos de apoio e os passeios na natureza.

O modelo de ocupação e a estruturação viária definida no Plano responde a requisitos de sustentabilidade:

- A definição das características físicas dos arruamentos interiores aos aldeamentos turísticos tem por base uma opção clara quanto à sua utilização: estando a circulação automóvel restringida ao mínimo necessário.
- O estacionamento automóvel dentro dos aldeamentos está concentrado junto à receção. Os núcleos de apartamentos e unidades de alojamento em banda têm áreas próprias de estacionamento coletivo no exterior próximo ou em cave.
- É definida uma rede de percursos pedonais (passeio, observação da natureza e acesso ao plano de água), recorrendo à utilização parcial dos caminhos existentes. O POACB condiciona a abertura de caminhos em praticamente toda a área de intervenção – o Plano propõe, assim, que a rede de caminhos existente deverá ser mantida (mesmo que não requalificada da mesma forma), como forma de garantir o acesso a toda área, para gestão e controlo de incêndios.

O Plano prevê igualmente o desenvolvimento de uma extensa rede de caminhos pedonais integrada nos núcleos turísticos, que permitirá percorrer a área de intervenção. Nas áreas verdes de desporto e lazer está ainda prevista a implantação de percursos cicláveis.

No que concerne a conceção das edificações, o Regulamento do Plano contempla diretrizes para a conceção dos edifícios tendo em vista a sua climatização passiva e a utilização preferencial de materiais de construção reciclados. Define ainda a utilização preferencial da energia solar ou de outras fontes de energia alternativas nos sistemas de aquecimento das águas e do ambiente.

O Plano permite perspetivar:

- A adequação do perfil – programa – dos empreendimentos ao mercado turístico potencial.
- A possibilidade de promoção de um elevado grau de entrosamento entre o empreendimento e a comunidade local, com atividades económicas desenvolvidas pela população local – aumento da procura para a aquisição de bens e serviços locais.
- O desenvolvimento de uma política de aquisição de produtos agropecuários junto das explorações locais por parte dos empresários turísticos do empreendimento.
- A possibilidade de valorização da comunidade local, constituindo-se uma montra para divulgação dos produtos regionais.

O Plano Diretor Municipal de Tomar identifica o sector turístico como um vetor estratégico de importância crescente no Concelho. Esta figura de planeamento contém orientações sobre esta matéria que se dirigem no sentido de aumentar e diversificar a oferta e consequentemente a procura turística, sendo o objetivo da autarquia elevar a qualidade dos produtos turísticos do Concelho bem como fidelizar os utentes.

Esta estratégia está igualmente presente no Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode, que visa compatibilizar o uso recreativo da área, a qualificação do turismo praticado e a manutenção de níveis de pressão turística reduzidos, com a proteção e valorização ambiental da área objeto do plano, bem como a conservação da natureza e a biodiversidade das espécies existentes.

A avaliação de custo-benefício, deverá aferir a implementação de tecnologias inovadoras e de procedimentos ambientalmente corretos que não acarretem um custo de instalação / operação acrescido, porque podem beneficiar de incentivos financeiros concretos e porque representam uma mais-valia inquestionável em termos do posicionamento ambiental da operação e, em última análise, em termos do futuro marketing dos empreendimentos e da Região de Turismo dos Templários / Médio Tejo.

É espectável uma dinamização da vida local através do contacto de culturas – entre a população local e os visitantes e turistas – potenciadora da fixação da população mais jovem.

O Plano prevê a criação de um conjunto de áreas verdes de uso privativo e de uso comum de forma a garantir a sua articulação com as diversas infraestruturas previstas, mas principalmente a sua integração na paisagem local, mantendo o elevado nível de qualidade que atualmente a caracteriza.

Será criado um Parque da Natureza, constituído por espaços naturalizados destinados à fruição pública e à observação da flora e fauna local. De notar que o desporto e principalmente a cultura são as áreas atualmente mais carenciadas de equipamentos estruturantes.

O desenvolvimento de um conceito de mobilidade associado ao Plano com base na utilização do transporte coletivo permitirá através do aumento do nº de carreiras a melhoria das condições de acessibilidade da freguesia à cidade de Tomar e, assim, do acesso a cuidados de saúde e educação existentes nos equipamentos concentrados na Cidade.

O Plano prevê a recuperação do núcleo rural em ruínas localizado nesta zona para a criação de um Centro de Interpretação Ambiental, assegurando-se, desta forma, a preservação e recuperação deste elemento referenciador da paisagem.

O Plano prevê a criação de um conjunto de áreas verdes de uso privativo e de uso comum que serão objeto de projeto arquitetura paisagística, de forma a garantir a sua articulação com as diversas infraestruturas previstas, mas principalmente a sua integração na paisagem local, mantendo o elevado nível de qualidade que atualmente a caracteriza. No desenvolvimento destas áreas verdes serão utilizadas espécies autóctones, erradicando-se as espécies infestantes presentes.

No Plano são identificados os potenciais riscos naturais associados área de intervenção, definindo-se as ações a desenvolver com vista à sua prevenção e minimização.

No caso dos incêndios é proposto um programa de ação para gestão de combustível vegetal, que inclui a constituição e manutenção de faixas de combustível, o alargamento e melhoria das vias de acesso e a manutenção de pontos de água situados em locais estratégicos. Nas faixas de gestão de combustível é obrigatória a manutenção e controle do coberto vegetal por parte das respetivas entidades gestoras.

No que concerne os riscos de erosão do solo e instabilidade de vertentes, o Plano define um conjunto de condicionantes à edificação e de medidas de proteção.

As infraestruturas existentes e previstas garantirão o abastecimento de água para consumo humano à área de intervenção do Plano, sem necessidade de recorrer a fontes alternativas, como sejam captações de origem subterrânea.

A recolha e drenagem da totalidade das águas residuais domésticas produzidas na área de intervenção serão garantidas através de um sistema composto por coletores gravíticos, estações elevatórias e condutas elevatórias. Este sistema descarregará as águas recolhidas num coletor a implantar ao longo da EM531, o qual as encaminhará até a ETAR compacta a construir em Vila Nova, onde serão sujeitas a tratamento antes da sua descarga no meio recetor natural.

No caso das águas residuais pluviais, o sistema de drenagem a implantar contempla a instalação de dispositivos de separação de hidrocarbonetos nos sumidouros, acautelando-se desta forma quaisquer descargas poluentes no meio recetor natural.

5. Medidas de controlo previstas

De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, as entidades responsáveis pela elaboração de planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados do controlo.

Na perspetiva da execução e monitorização da AAE apresenta-se um conjunto de diretrizes para enquadramento do quadro de ações a desenvolver no processo de concretização do modelo de estruturação urbano-turística do território objeto do Plano de Pormenor com objetivos de desenvolvimento sustentável – o equilíbrio entre a dinamização económica, o crescimento e qualificação do emprego na região e a regeneração e valorização ambiental e paisagística do território objeto do Plano.

Trata-se de um plano cujo conteúdo não pode restringir-se à conceção e gestão das áreas a infra-estruturar e a edificar para o alojamento e equipamentos turísticos. A área naturalizada a regenerar e conservar é vasta fazendo parte integrante do conceito de ecoturismo a desenvolver sendo portanto necessário identificar as formas de auto sustentação da sua conservação.

A operação a regular pelo Plano não é restrita ao ordenamento físico, devendo ser complementada por programas ou ações a desenvolver pelos promotores e pelo Município em parceria com outras entidades, para uma gestão integrada das dinâmicas geradas pelo processo de desenvolvimento da área turística. É importante referir que as linhas estratégicas apontadas são uma

base para a criação da “visão comum do futuro” sendo um referencial técnico que deve ser completado com os contributos dos diferentes atores intervenientes nos processos de aprovação e implementação do Plano.

A definição das diretrizes de seguimento decorreu, não só da avaliação de riscos e oportunidades, mas também dos contributos e recomendações resultantes da consulta de entidades realizada no âmbito do Relatório dos FCD, dividindo-se em duas categorias fundamentais:

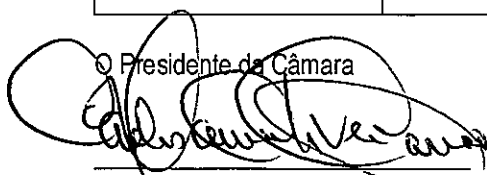
- Diretrizes de planeamento e gestão: recomendações a serem asseguradas no âmbito de um sistema de gestão do PP;
- Diretrizes de monitorização: recomendações a serem desenvolvidas no âmbito de um sistema de monitorização, tendo em conta questões críticas de sustentabilidade para a temática em análise.

Diretrizes para Seguimento

Planeamento e Gestão
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e implementar medidas de gestão dos consumos de água e energia e de controlo das emissões atmosféricas produzidas • Garantir a recolha seletiva dos resíduos produzidos e o seu encaminhamento para destino final adequado, promovendo, sempre que possível, a reutilização e reciclagem • Garantir a implementação das ações previstas no programa de gestão de combustível vegetal, de forma a minimizar os riscos de incêndio • Desenvolver um sistema de transporte coletivo que garanta a circulação dos utentes no interior da área de intervenção, bem como as suas deslocações aos núcleos urbanos mais próximos e à cidade de Tomar • Promover a certificação energética das edificações a construir
Monitorização
<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a evolução dos fenómenos de erosão e instabilidade de vertentes • Desenvolver e implementar um programa de monitorização da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de forma a identificar eventuais problemas de poluição gerados pelo Porto de Recreio e pelo Centro Hípico • Em função do tráfego rodoviário induzido pelo funcionamento da área turística proposta desenvolver e implementar programas de monitorização do ruído e da qualidade do ar.

Indicadores de Monitorização

Diretrizes e Indicadores de Monitorização – Entidades – Responsáveis e Frequência				
DIRETRIZES	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	FREQUÊNCIA
Evolução dos fenómenos de erosão e instabilidade de vertentes	Deslizamento de terras	-----	Entidades gestoras dos Aldeamentos turísticos	Casuístico / trianual
Avaliação dos recursos hídricos	Qualidade da água (superficial e subterrânea)	Parâmetros de qualidade da água	ARH Entidades gestoras dos Aldeamentos Turísticos	Anual
	Consumos de água por tipo de origem	m ³	Águas do Centro SMAS ARH Entidades gestoras dos Aldeamentos Turísticos	Anual
Ruído	Níveis de ruído na área de intervenção	dB	C.M. de Tomar Entidades gestoras dos Aldeamentos Turísticos	Anual
Qualidade do ar	Qualidade do ar	Qualit.	C.M. de Tomar Entidades gestoras dos Aldeamentos Turísticos	Anual


 Presidente da Câmara
 Carlos Manuel de Oliveira Carrão